



976

**OF.495/2019 – SEMOB-SEMSU**

Linhares, 11 de março de 2019

Ilmº Sr.  
**Ricardo Bonomo Vasconcelos**  
Câmara Municipal de Linhares-ES

**Assunto:** Resposta ao OF/GAB/PRES. Nº 17/2019 – Processo nº. 001355/2019 (Referência PML)

Prezado Senhor,

Em atenção ao expediente acima referenciado, na qual Vossa Senhoria requer manutenção e melhorias do banheiro público do Mercado Municipal, vimos por meio deste informar que, conforme dispõe legislação municipal vigente – Lei 1443/1990, a administração do mercado é de competência da associação dos comerciantes ali estabelecidos.

Sem mais, nos colocamos a disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

  
**JOÃO CLEBER BIANCHI**  
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

**LEI Nº 1443, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1990.*****"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."***

**O Prefeito Municipal de Linhares**, Estado do Espírito Santo: faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar transferência da administração do Mercado Municipal, para os comerciantes ali estabelecidos.

**Parágrafo Único** A Administração referida neste Artigo, relaciona-se com todos os serviços que a Prefeitura Municipal coloca à disposição do Mercado Municipal, a saber:

- 01 – Limpeza pública;
- 02 – iluminação;
- 03 – vigilância pública;
- 04 – reparos, limpeza e conservação de boxes e de toda a área do Mercado Municipal.

**Art. 2º** Com transferência da administração do Mercado Municipal, os comerciantes ali estabelecidos ficam isentos do pagamento da taxa de Licença para Ocupação de Área.

**Parágrafo Único.** A isenção a que se refere o Artigo 2º, da presente Lei, terá efeitos retroativos a 1º de janeiro de 1990.

**Art. 3º** A Administração Municipal exercerá fiscalização sobre as condições de funcionamento do Mercado, e, se for verificada condições precárias para atendimento à comunidade, a Administração do referido Mercado retornará à Prefeitura Municipal, retornando também, todas as condições anteriormente estabelecidas, inclusive o pagamento dos tributos devidos.

**Art. 4º** Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a regulamentar a presente Lei, no prazo de até 60 (sessenta) dias.

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Prefeitura Municipal de Linhares, Estado do Espírito Santo, aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e noventa.

**Luiz Cândido Durão**  
**Prefeito Municipal**

REGISTRADA E PUBLICADA NESTA SECRETARIA, DATA SUPRA.

**Jair Corrêa**  
**Secretario Municipal de Administração**

**Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Prefeitura Municipal de Linhares.**